



O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DO NÚCLEO RURAL DE TESTO ALTO EM POMERODE/SC/BRASIL

FAES, CASSANDRA HELENA A.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/Lisboa. Departamento de Urbanismo.
Rua Duque de Caxias,654,centro,Timbó/SC
cassandrafaes@gmail.com

RESUMO

O reconhecimento do patrimônio pelo conceito de Paisagem Cultural já é difundido na Europa desde a convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 1992, mas ainda é recente no Brasil, onde alcançou relativo impulso em 2009 com a chancela do Instituto do Patrimônio Histórico Brasileiro (IPHAN) e sua aplicação em 2011. Este artigo tem por objetivo principal investigar a dinâmica de desenvolvimento territorial e o processo de transformação da paisagem cultural. A partir desta investigação que se enquadra no método hipotético-dedutivo, pretende-se apontar diretrizes - conclusões que são objetivos derivados - para a gestão da paisagem cultural, tomando como objeto de pesquisa o município de Pomerode/SC/Brasil, no sentido de definir um conjunto de ações tendentes à valorização e preservação da paisagem cultural suportando o desenvolvimento do território. Para atingir esse objetivo, partimos de um enquadramento internacional sobre a valorização e gestão destes recursos e tomamos como caso de estudo o núcleo rural de Testo Alto no município de Pomerode/SC/Brasil. Analisamos e identificamos o impacto da preservação e valorização patrimonial no desenvolvimento territorial, bem como a implicação do desenvolvimento territorial nos acervos. A partir do objeto de estudo tentamos compreender as ações e esforços governamentais e das comunidades locais para a preservação do patrimônio de paisagem existente. Esta investigação permitirá, pensamos, compreender as razões que levam a que os municípios brasileiros, apesar da importância da preservação da paisagem cultural, não apostam numa política integrada identificando um conjunto de estratégias e ações que permitam uma integração da dinâmica territorial no desenvolvimento das regiões, tomando como exemplo o município de Pomerode. Com isto esta pesquisa subsidiará os trabalhos desenvolvidos na Prefeitura de Pomerode e no Projeto Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina IPHAN/SC, procurando integrá-lo às dinâmicas de desenvolvimento das cidades do Médio Vale do Itajaí. Este estudo constitui-se, também, uma ferramenta para o apoio na implementação de políticas públicas de desenvolvimento integrado, no campo da gestão de paisagens culturais. Para a realização do trabalho utilizou-se uma abordagem qualitativa, organizando-se em três momentos: pesquisa bibliográfica, documental e survey.

Palavras-chave: Paisagem Cultural; Planejamento Territorial; Desenvolvimento Territorial.

INTRODUÇÃO

Atualmente, as áreas de imigração brasileiras vêm passando por transformações que colocam em risco todo o legado cultural do imigrante. As rápidas modificações estruturais, a fuga do campo, as pressões para modificações econômicas e a falta de mecanismos de preservação, representam perigos iminentes para o patrimônio histórico, ocasionando perdas irreversíveis nos centros urbanos e conseqüente perda de identidade do cidadão. Assim, pesquisar sobre as dinâmicas do patrimônio edificado e da paisagem cultural e compreendê-las, implica em desvendar não somente as características culturais, mas sobretudo, em avaliar possibilidades de ampliar o leque de atividades econômicas dos núcleos possuidores de acervo cultural.

Neste tipo de pesquisa se busca compreender os significados, pois os fenômenos sociais e educativos existem, sobretudo na cultura dos grupos e nos hábitos das pessoas que interagem neste grupo. Deste modo utilizaremos a abordagem qualitativa, onde não tem-se pretensão de trabalho pronto, mas de trabalho iniciado. Para aplicar esse tipo de abordagem foram delineados os seguintes procedimentos operacionais: inicialmente foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica a fim de buscar bases históricas e filosóficas com revisão e leitura da literatura existente. Em seguida, foi aplicada uma pesquisa documental com o objetivo de identificar o acervo edificado de interesse, buscou-se a pesquisa documental oficial. Para complementar estes procedimentos, numa terceira etapa, foi aplicada entrevista semi-estruturada com o intuito de melhor desvelar o objeto de pesquisa. Esse processo envolveu aplicação de questionário semi-estruturado, história de vida e observação; leitura e formatação dos dados através de gráficos, tabelas e textos. A amostra consistiu nos responsáveis pelo setor de Patrimônio Cultural de Pomerode e nos detentores do patrimônio edificado de interesse histórico. Também foi aplicado questionário estruturado inspirado na metodologia de Kevin Lynch, aos moradores e usuários da área de estudo.

1. DINÂMICA DE TRANSFORMAÇÃO

Desde a chegada dos primeiros imigrantes no Médio Vale do Itajaí até 1920, as transformações da região foram relativamente estáveis. Depois desta época, com o processo de industrialização na região, as transformações sociais e econômicas intensificaram-se. As cidades desenvolveram-se rapidamente e as áreas rurais transformaram-se em distritos industriais e urbanos. Como resultado, uma grande parcela da paisagem histórica está hoje sob ameaça.

As cidades do Médio Vale do Itajaí não fogem à regra. A transformação rápida que vem ocorrendo, atendendo unicamente aos interesses de especuladores imobiliários e desrespeitando os interesses coletivos, está causando danos irreversíveis na história do homem urbano e das cidades.

A cidade pode ser vista como um filme, em constante transformação, diferentemente de uma foto que estagna o espaço. Esta mudança de conceitos é recente na história do planejamento urbano, já que anteriormente acreditava-se que a manutenção dos referenciais históricos não era importante para o futuro do desenvolvimento das cidades. O processo de mundialização, que segundo Sachs(1993), tende a massificar e destruir as diferentes identidades culturais dos povos, acarreta a perda de identidade, pois as pessoas precisam pertencer a uma unidade espacial identificável. Ao encontro deste pensamento pode-se perceber a importância de aliarmos o planejamento urbano ao patrimônio cultural.

A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores – tais como dinheiro mundial e mercado de bens – operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão. (GIDDENS, 1991,p.69-70)

As cidades se transformam ao longo do tempo, em uma relação dialética com a sociedade que a abriga e da qual é palco, objeto e sujeito. Para Lynch (1999,p.11) “a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo”. Em cada estágio de seu desenvolvimento a sociedade apresenta uma resultante espacial que é o fruto do trabalho

acumulado até aquele momento histórico. “Cada geração deixa sua contribuição no espaço urbano, em camadas sucessivas, destruindo aqueles espaços que perdem as suas funções e adaptando outros as novas funções urbanas.” (Siebert,C., 1996,p.03)

Yi Fu Tuan, autor que introduz o conceito de topofilia, considera que “os acontecimentos simples podem com o tempo se transformar em um sentimento profundo pelo lugar” (Tuan, 1983,p.158) Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão; assim a cidade é um dos lugares em que os indivíduos e os grupos sociais, de maneira geral, se ligam entre si e constroem suas próprias memórias e identidades.

1.2. PAISAGEM CULTURAL

A conceituação de paisagem cultural apareceu no início do século XX, pelos estudos e proposições do professor Carl Sauer, que estendeu seu uso nos ambientes universitários norte-americanos na década de 1920. Para Sauer, uma paisagem cultural é o resultado da ação de um grupo social sobre a paisagem natural. Assim, “a cultura é o agente, o natural o meio; a paisagem cultural o resultado”. (Gazzaneo,2009). No Brasil, esse conceito foi utilizado também por Argollo Ferrão (2005) para o estudo da paisagem do café.

O conceito de paisagem, relacionado com o de proteção do patrimônio cultural (lato sensu), evoluiu ao longo de todo o século XX até chegar aos consensos expressos na Convenção Europeia da Paisagem (Conselho da Europa, 2000) e na Carta de Cracóvia 2000. O termo paisagem designa, nos termos da Convenção Europeia da Paisagem(2000), “[...] uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos. Onde a delimitação de uma paisagem e a sua proteção justificam-se, [...] pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e ou da intervenção humana”.

Parafraseando Magalhães(2001), a identidade da paisagem não significa estagnação. Pelo contrario, é condição do seu valor patrimonial e fundamento dos objetivos e ações que visam a sua salvaguarda, ordenamento e valorização; mantendo e permitindo a sua evolução num quadro de estabilidade ecológica e ambiental. A manutenção de estruturas paisagísticas coerentes, a sobrevivência de manchas de vegetação autóctone, ou ate mesmo a sua recriação, permitem a compatibilização entre o uso e a exploração econômica normal e as funções ambientais e culturais; permitindo que possam, de forma

continuada, persistir os elementos e valores naturais que estruturam as redes de conservação da natureza e dos seus biótipos, mantendo a sua organização, imagem e identidade.

Neste sentido, todo indivíduo traz consigo, como memória individual e coletiva, esquemas internos de espaço e da sua organização, adquiridos no início da vida, e formas diversificadas de percepção.

1.2.2. PROTEÇÃO DE PAISAGEM CULTURAL

Quando buscamos as origens do conceito, vamos perceber que ela nos leva, de alguma forma, ao ano de 1972, quando, na 17ª sessão da Conferência Geral da Unesco, especialistas se reuniram em Paris e adotaram a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural.

Porém, o estabelecimento dos critérios que tornaram possível a criação da categoria de paisagem cultural com vista à sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial ocorreu somente durante uma conferência da UNESCO, em Outubro de 1992.

1.2.3. PAISAGEM CULTURAL NO BRASIL

Numa perspectiva histórica sobre a preservação das paisagens no Brasil, vamos perceber que o Decreto-Lei nº 25 de 1937 já contemplava as paisagens culturais. Porém, mesmo que o Decreto tenha estabelecido que poderiam ser inscritas no Livro do Tombo as paisagens, tanto por suas características naturais quanto pelo resultado da ação humana, esta não se deu de forma efetiva, mesmo sendo ele bastante abrangente no que diz respeito à conservação das obras da natureza ou até mesmo as resultantes da interação entre o homem e o ambiente natural.

Somente em 2009, com a criação da Coordenação de Paisagem Cultural do Iphan, a chancela da Paisagem Cultural Brasileira foi instituída e já instiga inúmeras reflexões quanto à sua aplicação e ao próprio conceito.

A portaria 127/2009/IPHAN, que estabeleceu a chancela como instrumento de preservação da paisagem cultural, conceitua no artigo 1º Paisagem Cultural Brasileira “uma

porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

Importa ressaltar que a chancela não é um instrumento de proteção, tal como o tombamento. Sobre a porção do território chancelada como paisagem cultural não recairão sanções ou restrições administrativas e/ou jurídicas que impeçam sua transformação. Se for o caso (e em muitas vezes será) a chancela deverá ser acompanhada, antecedida ou complementada pelo tombamento, pelo registro e/ou por outras formas de proteção, incluindo os mecanismos disponíveis em outras esferas (instrumentos de proteção ambiental, de planejamento urbano, de fomento e outros). Tal entendimento encontra respaldo nos artigos 2º (da finalidade) e 3º (da eficácia) da Portaria 127/2009.

Para que a chancela não resulte em mera declaração e possa integrar-se no rol de instrumentos de preservação, torna-se necessária a definição prévia de um pacto de gestão entre os diversos agentes que atuam – com maior ou menor ênfase – na porção do território a ser chancelada. Caso contrário, a possibilidade da chancela tornar-se inócua é grande e, desaparecidos os fatores que motivaram o reconhecimento daquela porção peculiar do território como Paisagem Cultural Brasileira, a chancela poderá ser cancelada num prazo máximo de dez anos (artigos 15º e 17º da Portaria Iphan 127/2009).

2. OS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO ITAJAÍ E A PAISAGEM CULTURAL

O povoamento do Médio Vale do Itajaí teve início no séc. XIX. A partir de 1850, a “Lei de Terras” renova a política colonizadora do Brasil Império, o povoamento do Vale do Itajaí toma impulso, com a colônia Blumenau. A distribuição e o povoamento das terras do Vale do Itajaí seguiu à maneira tradicional da colonização alemã.

Desde o início do século XIX, o Estado de Santa Catarina foi sempre ocupado “artificialmente” – por indução oficial. As primeiras acomodações dos imigrantes na região, eram rudimentares e feitas de estruturas simples e temporárias. As tipologias arquitetônicas e os sistemas construtivos, assim como a ocupação do solo, eram baseados no país de origem dos imigrantes. Inicialmente, as casas eram menos adaptadas à região, depois aconteceram modificações, que foram posteriormente incorporadas definitivamente nas

edificações. A paisagem e o espaço urbano foram fortemente condicionados pelas encostas dos morros, cobertos pela mata Atlântica, que seccionam o tecido urbano. Entre rio e montanha, a malha urbana se desenvolveu inicialmente linearmente ao longo de fundos de vale, em área parcialmente inundável.

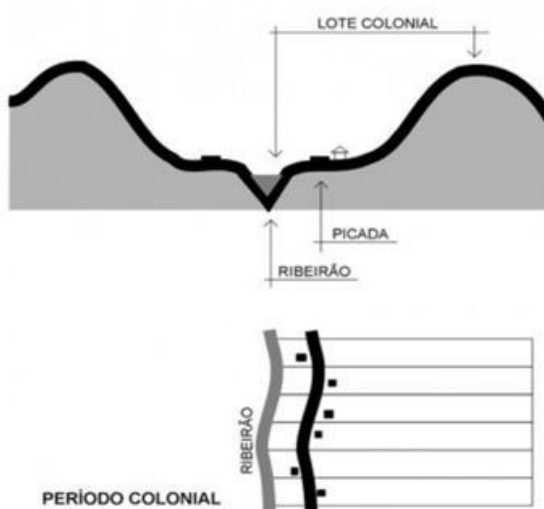


Figura 01. Ilustração da ocupação lotes coloniais.
Fonte: Vieira, R.; Jansen, G.;Pozzobon, M.,2016

Nesta época, as propriedades eram marcadas pela agricultura de subsistência. Em um segundo período, marcado pelas Guerras Mundiais, houve o processo de “camuflagem” da origem alemã, onde passou a ser costume levantar a platibanda nas edificações para esconder o telhado. Muitas edificações foram alteradas, mas a implantação da propriedade mantinha-se inalterada. Com o advento da industrialização, as famílias permanecem ligadas às atividades rurais, mas alguns de seus membros são operários nas indústrias localizadas nas áreas urbanas.

As propriedades se modificam. A renda “extra” traz a busca pelo conforto e adaptações nas edificações surgem. A problemática de evolução das cidades entre os séculos XIX e XX, intensificada pela globalização, resultou num conjunto de mudanças profundas na vida dos atores da sociedade mundial e do patrimônio cultural. Mutilam-se espaços públicos e perdem-se edificações de valor histórico. A paisagem cultural urbana das cidades se modifica, e das áreas rurais se descaracteriza, onde percebe-se que a complicada dinâmica entre preservação e urbanismo continua a ser uma questão de difícil

solução. Após as perdas, na sua maioria irreversíveis, temos timidamente o processo de valorização dos bens e da história das cidades.

Estamos neste momento no processo de valorização do patrimônio edificado, no qual através da preservação do patrimônio e dos valores culturais, respeitando a identidade sociocultural local, busca-se o resgate do orgulho pelo lugar. Além disso, esses bens viriam objetivar, conferir a realidade e também legitimar essa “comunidade imaginada”, eles funcionariam como documentos, como “provas materiais” das versões oficiais da história nacional. Essa relação social, mediada por bens, de base mais afetiva que racional, está relacionada ao processo de construção de uma identidade coletiva – a identidade territorial.

Nossa análise explica que os processos de desenvolvimento e o patrimônio cultural edificado não são estanques, e sim cumulativos. Em cada estágio de seu desenvolvimento a sociedade apresenta uma resultante espacial que é fruto do trabalho acumulado até aquele momento histórico, como demonstrado no quadro abaixo.



Figura 02. Esquema dos processos de desenvolvimento e do patrimônio edificado.
Fonte: autora.

Em nosso objeto de pesquisa, constatamos que grande parte das edificações de patrimônio histórico encontram-se nas áreas rurais dos municípios, distribuídas em lotes

familiares ao longo das antigas estradas coloniais. As paisagens são únicas, formando o que se chama de “ilhas culturais”. No entanto, esta que é a principal especificidade é também a mais ameaçada, frente ao crescimento dos centros urbanos, ao desenvolvimento industrial, a especulação imobiliária e ao envelhecimento da população detentora dos bens culturais. A viabilidade econômica da pequena produção familiar e a necessidade de adequação da propriedade aos requisitos de vigilância sanitária e ao modo de vida moderno são fatores que influenciam o êxodo de muitas famílias, ocasionando a transformação dos lugares, e conseqüentemente, da paisagem.

É importante compreender que a gestão pública de espaços rurais é complexa. Neste sentido, a utilização do conceito de multifuncionalidade no planejamento da paisagem rural e na elaboração de políticas públicas é de suma importância, e implica em superação da perspectiva puramente econômica através da integração de objetivos produtivos, ecológicos e culturais, em que todos são igualmente importantes.

2.1. A AREA DE ESTUDO

Localizada no Médio Vale do Itajaí, o município de Pomerode (mapa 01) possui área de 217,8 km² e uma população de aproximadamente 30 mil habitantes (IBGE 2012). Situa-se a 162 km da capital Florianópolis, com acesso pelas rodovias BR 470 e BR 101.



Mapa 02. Mapa de Localização de Pomerode no Brasil (menor) e em Santa Catarina
Fonte: Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte de Pomerode, 2015.

A cidade de Pomerode está situada no norte-leste do Estado de Santa Catarina (Sul do Brasil), e em termos de organização política regional, integram-se à AMMVI - Associação de Municípios do Médio Vale do Itajaí, composta por quatorze municípios e cujo centro polarizador é Blumenau, e faz parte da Bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu em seu trecho médio.

DADOS SOCIO ECONÔMICOS DE POMERODE

Localização: Médio Vale do Rio Itajaí-Açu

Data de fundação: 19 de dezembro de 1958

Emancipação político-administrativa: 21 de janeiro de 1959

Município de Origem: Blumenau

Cidades próximas: Blumenau, Rio dos Cedros, Timbó, Indaial e Jaraguá do Sul.

Área total: 216 km² (fonte: IBGE)

Zona Urbana: 76,5 km²

Zona Rural: 139,5 km²

Altitude: 58m acima do nível do mar

Clima: mesotérmico úmido

Temperatura média: entre 15°C e 25°C Chuvas: média de 1.7mm/ano

População: 30.009 mil habitantes (IBGE 2012)

Número de eleitores: 20.552 (01/2/2011 - TRE/SC)

Colonização: Alemã

Principais etnias: Alemã

Ranking de IDH: 14º lugar no estado e 39º no Brasil (fonte: ONU/2000)

Alfabetizados: 99,16%

População entre 06 e 14 anos na escola: 97,42%

População com acesso água cloro-fluoretada: 58,54%

Principais atividades econômicas: indústria do vestuário, indústria metal mecânica, indústria de plásticos, indústria da porcelana, indústria de produção de cimento, fabricação de produtos em madeira e artesanato, fabricação de alimentos(queijo fundido, chocolate) e empresas de transporte.

Ocupação de mão -de-obra por setor: Agricultura (10%), Indústria (72%) , Comércio (15%), Serviços (3%)

Média Renda per capita: R\$ 564,00

Desemprego: 4,82%

Tabela 01. Dados sócio econômicos de Pomerode

Fonte: Autora

A cidade é reconhecida por atrativos arquitetônicos turísticos vinculados a construção enxaimel, técnica construtiva originária da Alemanha, somando mais de 240 exemplares. Destas, a maior concentração fica situada na localidade de Testo Alto, área chancelada pelo IPHAN.

Mesmo com as diversas legislações, a área chancelada sofre os efeitos do crescimento urbano e da conseqüente descaracterização do espaço.

Constatamos que, uma das grandes dificuldades do município de Pomerode, como a maioria dos municípios brasileiros, é a transição das gestões municipais. Fato este que acarreta na diminuição ou falta de repasse de informações e dados, dificultando a continuidade do trabalho, principalmente no campo da preservação patrimonial. Corroborando, as gestões municipais têm dado pouco ou até nenhum amparo as famílias detentoras desse patrimônio, seja por intermédio de orientações quanto a conservação dos imóveis, por apoio técnico, ou por subsídios financeiros para manutenção dos imóveis.

Neste sentido, a preservação da paisagem cultural pressupõe a gestão compartilhada conferindo e delegando responsabilidades e competência a todos os agentes, quer sejam representantes dos poderes públicos, nos diferentes níveis, ou da sociedade civil. Os esforços são somados e o investimento de recursos é otimizado por meio de ações coordenadas e convergentes, voltadas para a formação, capacitação e sensibilização. Dessa maneira, todos os agentes atuarão, fazendo com que a comunidade compreenda o significado da paisagem cultural da qual ela forma parte, apropriando-se dos seus valores, adotando e incorporando o papel de responsáveis pela sua preservação.

2.1.1. AREA CHANCELADA E OS DETENTORES DO PATRIMONIO CULTURAL

Para melhor desvelar o tema, foram entrevistados os detentores do patrimônio edificado da área de estudo. O inquérito foi modulado em identificação do respondente, sócio econômico e específico, totalizando 20 perguntas objetivas.

Em análise ao inquérito, constatamos que a principal fonte de renda dos entrevistados é a pensão e/ou aposentadoria, e estes desejam que seus filhos também trabalhem na cidade como forma de aumentar a renda.

A paisagem urbana e rural também se transforma, assim como os hábitos e costumes. Em Pomerode, por exemplo, os muitos moradores da área rural encontraram emprego na indústria local, mas não se transferiram para a área urbana, nem abandonaram o cultivo da propriedade, criando assim uma sociedade onde o urbano e o rural se confundem e interpretam. A mesa é farta devido aos produtos da lavoura, as despesas são poucas, pois não há o custo de aluguel urbano ou IPTU, os deslocamentos se dão de bicicleta, e o salário na indústria aumenta a renda familiar, aumentando o nível de conforto e o poder aquisitivo da população. As encostas pouco produtivas, que sempre foram inadequadas, por sua declividade, ao aproveitamento agropecuário, deixam de ser cultivadas, retornando gradualmente ao seu estado original, com cobertura de mata nativa. Isto fica claro ao compararmos os levantamentos aerofotogramétricos de Pomerode, de 1991 e de 1970, onde notamos que a área coberta por vegetação se ampliou nos últimos vinte anos (Siebert, C., 1996).

Assim sendo, a paisagem e as edificações enxaimel – para os detentores dos bens tombados na área de estudo - se destacam em relação a cidade, tornando Testo Alto um lugar especial para se viver. E vários desses proprietários possuem poder de escolha do local onde viver, como é o caso do Sr. Adolar Wachholz, vejamos: “Eu poderia estar vivendo bem. Eu tenho essa propriedade aqui, eu tenho outra casa lá, vendia tudo e podia morar num apartamento na praia. Mas eu não quero fazer isso.” (A. WACHHOLZ, entrevista pessoal, 11 de Outubro, 2015). Mesmo os entrevistados que não são nascidos na localidade (33,3%) afirmam o vínculo com o local “[...] foi um local que aprendi a amar, pois no início não gostava mais hoje sim.” (Hardt, P., entrevista pessoal, 11 de Outubro, 2015).

Corroborando, tivemos unanimidade ao questionamento “O que sua propriedade significa para você?” com a resposta “Algo herdado que tem valor sentimental para mim e minha família”. O que significa herança, memória, identidade. Neste sentido, Choay (2006) coloca que a palavra patrimônio, na sua origem, tem significado ligado as estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo, podendo ser caracterizado como herança paterna e/ou materna que é repassada aos filhos.

Porém, estas estruturas familiares estão sendo alteradas. As influências tecnológicas, os fatores econômicos, as políticas de desenvolvimento e o envelhecimento da população detentora desses bens, dentre outros fatores, podem colocar em risco a conservação da paisagem cultural e do patrimônio edificado.

Eis que a conscientização da importância da preservação da paisagem cultural e das edificações incorporadas neste universo, tão peculiar, é emergente. Esta afirmação também é embasada no dado onde 40% dos entrevistados afirmam que desconhecem o tombamento e seus efeitos.

Vejamos nos depoimentos como os entrevistados relatam as mudanças da localidade: “Mudou muito. Tem muito mais casas do que antes.” (Arndt, L., entrevista

peçoal, 17 de Outubro, 2015); “Muito! Tem o triplo de casas que tinha antigamente.” (Wachholz, I., entrevista peçoal, 17 de Outubro, 2015).; “Sim, mudou bastante, antes era estrada de chão, agora é asfalto.” (Radunz, C., entrevista peçoal, 18 de Outubro, 2015). No que tange o desenvolvimento territorial, sugere-se a substituição do termo urbanização por urbanidade.

Porém, tem coisas que ainda não mudaram e devem ser fortalecidas. A solidariedade, tão comum na época da imigração ainda resiste, como podemos perceber no depoimento de Hercilio Rahn: “Um vizinho sempre tem ajudado o outro. O meu vizinho tem um menino pequeno, de um mês e pouco, e ele não tem vaca, então eu levo o leite para ele. [...] e se falta alguma coisa para mim, o outro vizinho me ajuda.” (Rahn, H., entrevista peçoal, 11 de Outubro, 2015).

O associativismo sempre foi presença marcante na região de imigração fato a ser explorado no Plano de Gestão da Paisagem Local. E é neste viés que devemos desenvolver o Plano de Gestão da Paisagem, desenvolvimento alicerçado na herança, memória e identidade. Buscando acima de tudo minimizar os efeitos do processo de desmemorização das cidades.

Através das entrevistas realizadas, percebemos as dificuldades que os proprietários encontram na manutenção de suas edificações. Os proprietários afirmam não terem intenções de alterar o bem, seus anseios são em apenas adaptá-los as necessidades atuais das famílias. Essas modificações realizadas, sempre com boas intenções, resultam muitas vezes em mutilação do bem, decorrente da precária assessoria técnica aos proprietários. Outro fato percebido, foi que é unanime entre os respondentes que é necessário incentivo fiscal para os bens tombados, e mesmo assim há falta de programas de valorização do patrimônio cultural. Reforçando a situação, alguns detentores de patrimônio edificado com fins comerciais, sentem-se pressionados pelos fregueses a “modernizar” seus estabelecimentos. Percebemos que é unanime entre as 200 pessoas inqueridas que as edificações de interesse histórico devem receber incentivo fiscal, e que estas devem ser preservadas.

Finalizando, percebemos a importância do uso adequado dos bens de patrimônio histórico, onde a estrutura física, e o imaterial se mantêm como história viva das cidades, que tem como pano de fundo a paisagem cultural.

2.2. A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DE TESTO ALTO

A fim de estruturarmos os dados e buscarmos respostas a questão de pesquisa, aplicamos um questionário aos moradores de Pomerode e das cidades vizinhas, onde

utilizamos de fotografias para ilustrar alguns questionamentos, inspirados na metodologia de Kevin Lynch. Com o intuito de melhor desvelar o objeto de pesquisa, utilizamos o survey em um modelo empírico orientado, que foi aplicado no período de Janeiro a Março de 2016, para 200 pessoas, na qual o perfil do respondente ficou assim estratificado:

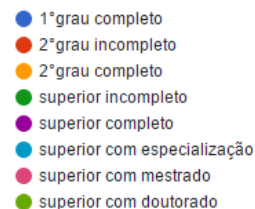
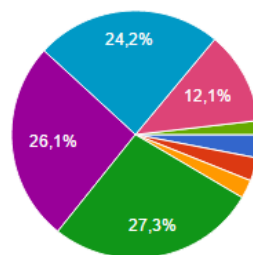
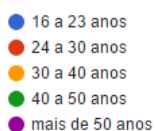
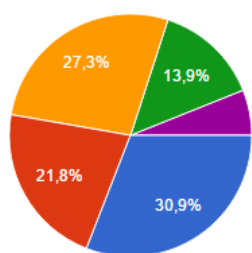


Gráfico 01. Idade.

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

Gráfico 02. Escolaridade.

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

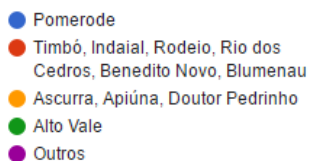
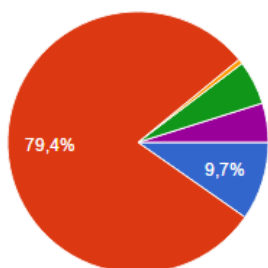


Gráfico 03. Cidade de residência.

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

O segundo bloco de perguntas, estruturado com perguntas específicas sobre o tema demonstrou familiaridade com o tema, o que facilita o trabalho do município na etapa de conscientização e valorização da paisagem cultural.

Conforme o gráfico 04, 57,6% dos pesquisados afirmaram que conhecem Testo Alto, em Pomerode, e 60,6% julgaram a paisagem de Testo Alto como especial.

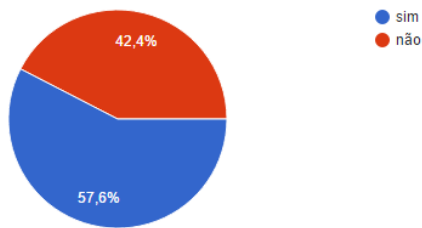


Gráfico 04. Conhece Testo Alto em Pomerode.
 Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.



Gráfico 05. Julgam a paisagem de Testo Alto como especial.
 Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

Na terceira e quarta perguntas tivemos uma surpresa positiva, sobre o conhecimento da técnica construtiva enxaimel (66,7%) e sobre o conhecimento da terminologia tombamento (93,3%). Porém, mesmo com os índices altos, ressaltamos as respostas consideramos conhecimento superficial.

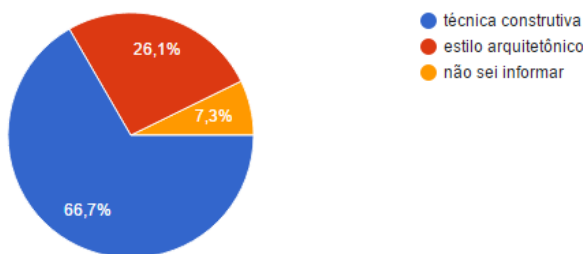


Gráfico 06. O que é enxaimel.
 Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

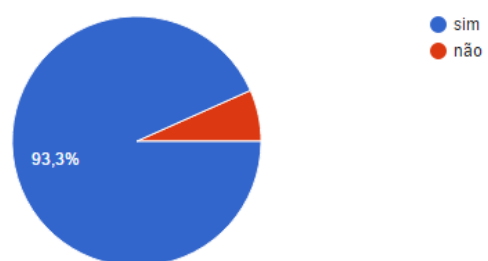


Gráfico 07. Você sabe o que é tombamento?
 Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

No inquérito, quando perguntamos “Você sabe o que é paisagem cultural”, 84,2% responderam que sim. Porém, trata-se de respostas com conhecimento empírico.

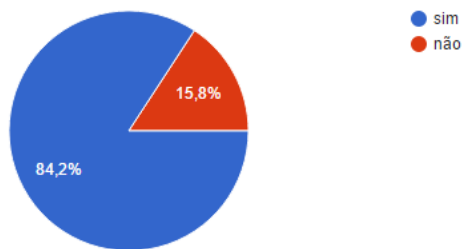


Gráfico 08. Você sabe o que é paisagem cultural.

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

Perguntamos também se os respondentes tinham conhecimento sobre a chancela de paisagem cultural que incide sobre o Testo Alto, e 73,3% responderam que desconheciam. O que comprova o desconhecimento técnico dos assuntos atrelados a paisagem cultural.

Para finalizar este bloco perguntamos se os respondentes tinham conhecimento que a única chancela de paisagem cultural do Brasil está em Testo Alto(Pomerode) e no Rio da Luz(Jaraguá do Sul), e 91,5% desconhecem esta informação.

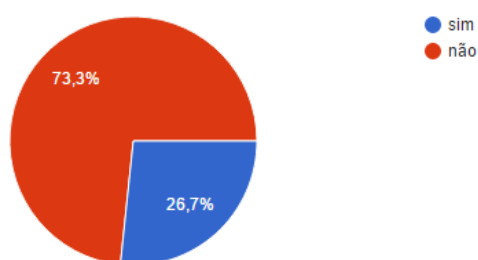


Gráfico 09. Você sabe o que é Chancela de Paisagem Cultural?

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

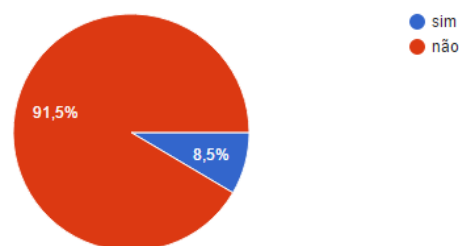


Gráfico 10. Você sabia que a única chancela de paisagem cultural do Brasil está em Testo Alto(Pomerode) e no Rio da Luz(Jaraguá do Sul)?

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

O próximo bloco de perguntas procurou identificar a percepção do respondente sobre paisagem cultural. A primeira pergunta foi se as edificações antigas devem ser

preservadas, e 98,8% respondem que sim. E foi unanime que estas edificações devem receber incentivos para sua preservação.

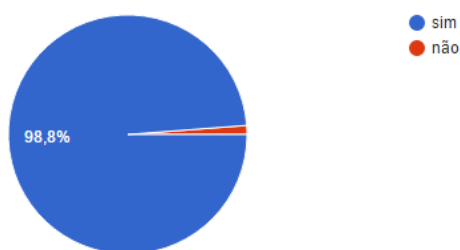


Gráfico 11. Na sua opinião as edificações antigas, como as de enxaimel, devem ser preservadas?

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

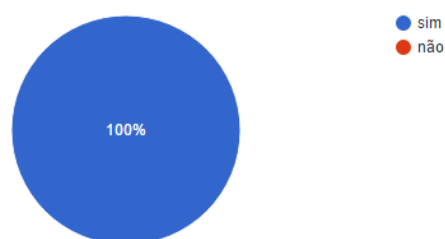


Gráfico 12. Na sua opinião as edificações antigas devem receber incentivo para preservação?

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

Para melhor compreendermos os anseios dos respondentes sobre as novas edificações em áreas rurais, perguntamos qual a tipologia adequada, dado importante para a formulação de políticas publicas territoriais em especial ao Plano Diretor e a o Plano de Gestão da Paisagem Local.

A grande maioria dos respondentes (78,2%) afirma que as novas edificações deveriam se limitar a dois pavimentos, entre esses 20% creem que um pavimento seria o ideal.

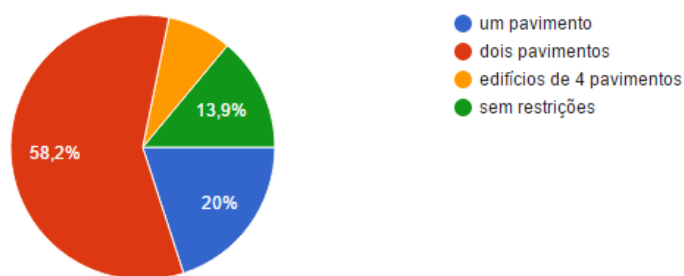


Gráfico 13. Nas áreas rurais, você acha que a construção de edificações novas deveriam se limitar a:

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

Nas próximas duas perguntas utilizamos metodologia inspirada em Kevin Lynch, com a inserção de imagens para obtenção das respostas.

Na primeira pergunta, expomos três imagens como resposta a pergunta “Se você pudesse preservar paisagens, das expostas abaixo qual seria?”. A primeira imagem trata-se de uma paisagem natural (cachoeira), a segunda de um cenário(vila germânica em Blumenau/SC), e a terceira imagem é a da localidade de Testo Alto.

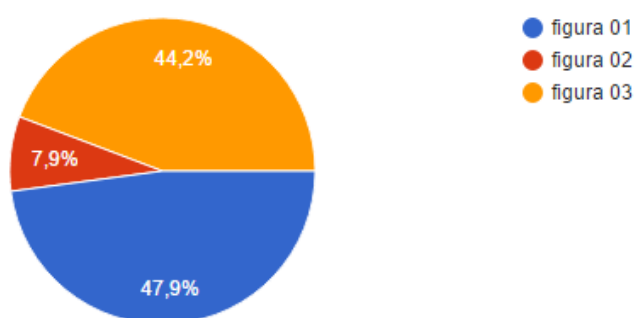


Gráfico 14. Se você pudesse preservar paisagens, das expostas abaixo qual seria?

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.



Figura 03. Cachoeira do Zinco, Benedito Novo, denominada Figura 01 no inquérito.

Fonte:

www.campodozinco.com.br.
Acedido em 12 de Dezembro, 2015.

Figura 04. Vila Germânica, Blumenau, denominada Figura 02 no inquérito.

Fonte:

www.cidadesemfotos.blogspot.com.br/2012/11/fotos-de-blumenau-sc.html.
Acedido em 12 de Dezembro, 2015.

Figura 05. Núcleo rural de Testo Alto, Pomerode, denominada Figura 03 no inquérito.

Fonte:

www.advocaciaimobiliariaebs.usbrasil.com.br/artigos/145965719/a-problemativa-da-legalidade-no-denominado-tombamento-do-rio-da-luz-jaraqua-do-sul-e-testo-alto-pomerode.
Acedido em 12 de Dezembro, 2015.

O gráfico 14 demonstra que apenas 7,9% dos respondentes tem preferência por cenários produzidos integralmente pelo homem, o que demonstra que os “fakes” são apenas para “turista ver”. A natureza, intocada ou incorporada, está presente em 92,1% das respostas.

Finalizando o inquérito, a última pergunta teve como objetivo mensurar a relação do respondente com imagens representativas. A primeira retrata a cidade de Balneário Camboriú/SC, cidade do litoral a 120km do local de estudo; e a segunda é a imagem da cidade de Pomerode/SC, objeto de estudo.

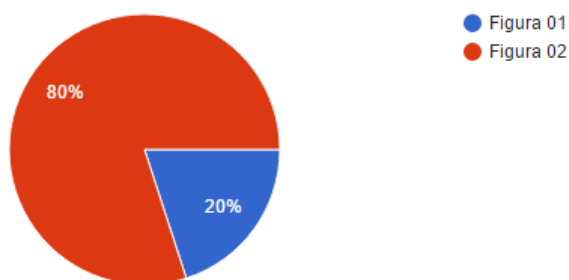


Gráfico 15. Observe as imagens abaixo e selecione a que você mais se identifica
Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.



Figura 06. Vista geral da cidade de Balneário Camboriú, denominada Figura 01 no inquérito.
Fonte: www.agencianamidia.com.br. Acedido em 12 de Dezembro, 2015



Figura 07. Vista geral do centro da cidade de Pomerode, denominada Figura 02 no inquérito.
Fonte: www.pomerode.sc.gov.br/GaleriaImagens_ver.asp?cd_Codigo=27. Acedido em 12 de Dezembro, 2015

Na análise da última pergunta do inquérito, podemos perceber que mesmo tratando-se de área balnearia - o sonho de grande parte dos munícipes do Médio Vale do Itajaí é morar no litoral - , 80% dos respondentes se identificam mais com a imagem da cidade de Pomerode, em meio ao verde e a tranquilidade. Ou seja, as paisagens podem ser interpretadas no tempo e no espaço de formas distintas, ao serem representadas segundo os valores atribuídos pelos olhares e pelas percepções, formados dentro de contextos socioeconômicos e culturais específicos.

3. CONSTATAÇÕES

A partir da pesquisa realizada em Testo Alto/Pomerode, foi identificada a predominância da tipologia construtiva enxaimel, sendo cada exemplar único. Percebemos através da pesquisa, que o patrimônio arquitetônico de Pomerode é produto de uma fase do desenvolvimento sócio-econômico, sendo que as estratégias a serem efetivamente adotadas para esse desenvolvimento sustentável devem garantir o desenvolvimento territorial e socioeconômico ecologicamente equilibrado e culturalmente preservado.

Através das entrevistas realizadas, notamos as dificuldades que os proprietários encontram na manutenção de suas edificações. Onde afirmam não terem intenções de alterar o bem, seus anseios são em apenas adaptá-los as necessidades atuais das famílias. Porém, essas modificações realizadas, sempre com boas intenções, resultam muitas vezes em mutilação do bem, decorrente da precária assessoria técnica aos proprietários. Outro fato percebido, foi a inexistência de programas de valorização do patrimônio cultural, ponto levantado por alguns detentores de patrimônio edificado com fins comerciais que, sentem-se pressionados pelos fregueses a “modernizar” seus estabelecimentos. Foi constatado que o apego dos proprietários ao seu imóvel e pela paisagem local, é o que mantém a edificação viva. E que o estado de conservação destas edificações torna-se pior, quando aliado ao desapego há falta de políticas de valorização e conservação. Ou seja, a vulnerabilidade do patrimônio arquitetônico na cidade de Pomerode é reflexo da combinação entre desapego e a falta de políticas públicas eficientes.

Acreditamos que esse panorama somente poderá ser controlado, se aliado à preservação do patrimônio cultural houver a integração de planos e instrumentos de desenvolvimento urbano regionais, reguladores da produção do espaço. As autoridades brasileiras em nível federal, estadual e municipal estão frente a uma tarefa complexa de colocar em prática os conceitos e teorias, ou seja, colocar em prática junto com a comunidade local os conceitos da preservação, conservação e restauro dos monumentos e

principalmente da paisagem cultural; visando salvaguardar este rico patrimônio para as gerações futuras.

Neste sentido, o esforço de conservação deve ser medido não somente sobre o valor cultural dos edifícios, mas também sobre seu valor de uso. Os problemas sociais da conservação integrada somente podem ser resolvidos por uma referência combinada a estas duas escalas de valor. Neste caso, é imprescindível que o Plano Diretor Municipal e o Plano de Gestão da Paisagem Local expressem claramente diretrizes de preservação urbana e rural de suas áreas de interesse cultural, bem como, assegurem os meios necessários para tornar efetivas essas diretrizes, conforme estabelece o Estatuto da Cidade. É necessário o aprofundamento das questões que dizem respeito à relação desenvolvimento territorial e os aspectos materiais e imateriais que correspondem ao patrimônio cultural nas ações de desenvolvimento local. Trata-se de superar, não apenas a visão setorial que tem orientado as práticas institucionais de órgãos públicos que atuam nessas matérias, mas de incluir a dimensão social em sua vertente cultural como variável para o estabelecimento dos padrões urbanísticos e de ações de fomento que definem, em última instância, modos de viver, de ser e fazer.

Mais do que a preservação do patrimônio edificado, a proteção do seu legado cultural, deve contemplar as paisagens, transformadas e criadas pelos primeiros habitantes. Deverá contemplar também, as tradições, os saberes e os fazeres que visam auxiliar a compreensão do território. Reconhecer esses valores dará a verdadeira dimensão da importância cultural da região e promoverá o resgate das tradições destas comunidades, que vem sendo perdidas ao longo dos anos. Conservar os costumes e a memória torna mais provável a salvaguarda desta paisagem cultural de importância no contexto nacional e internacional, fortalecendo os valores de identidade da área chancelada.

Visando espacializar as diretrizes formuladas nesta pesquisa, desenvolvemos o esquema abaixo onde destacamos a necessidade de um Plano de Gestão da Paisagem do Circuito do Vale Europeu Catarinense (visão macro) e de um Plano de Gestão da Paisagem Local (visão micro).

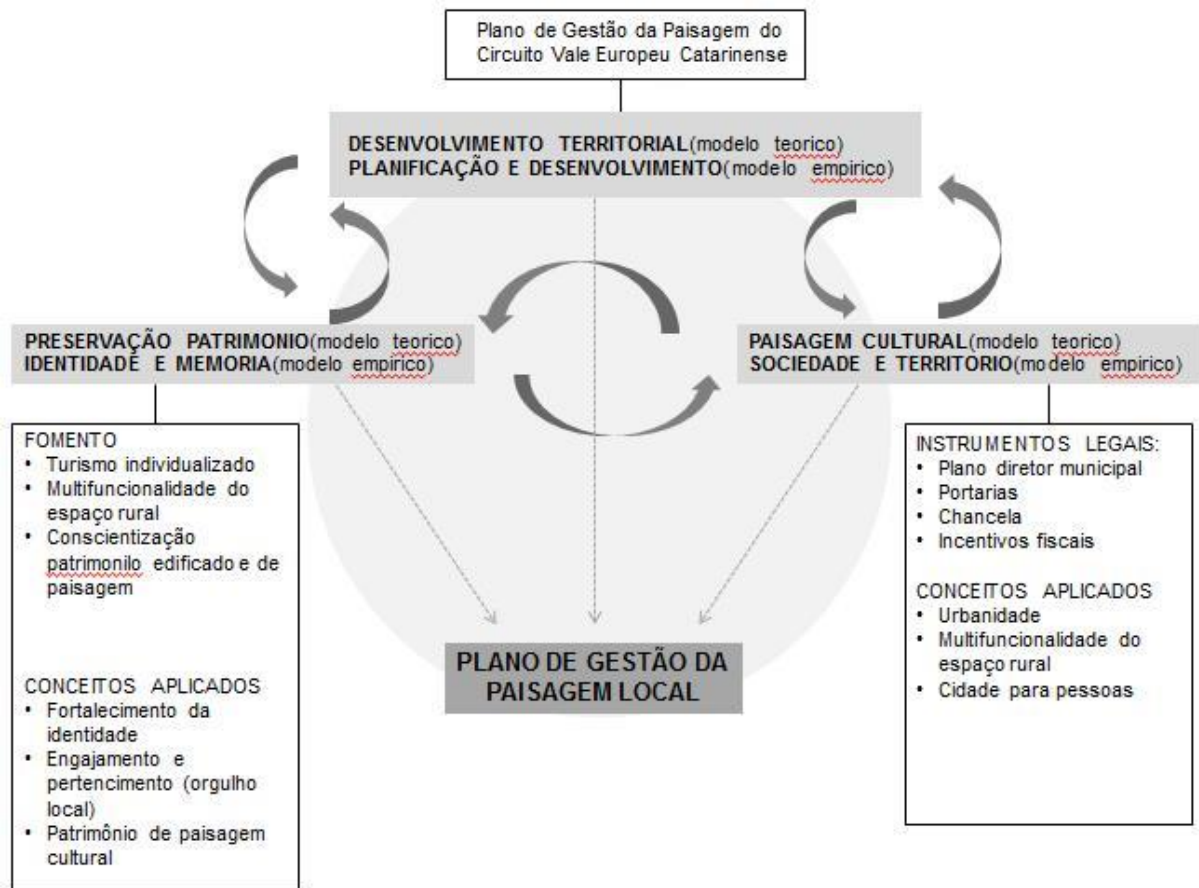


Figura 03. Esquema do Plano de Gestão da Paisagem Cultural do Vale Europeu Catarinense.

Fonte: Autora

Assim sendo, a preservação do patrimônio arquitetônico é um parâmetro na calibragem entre políticas públicas de apoio e valorização afetiva por parte dos proprietários; se existem políticas sem interesse do proprietário não gera consciência, se existe interesse sem apoio, não existe restauração. Ou seja, a comunidade é a maior guardiã do seu patrimônio cultural e sem o seu apoio as políticas públicas tornam-se ineficientes. Do mesmo modo, as políticas públicas precisam aliar-se aos detentores de patrimônio cultural para obter êxito. A valorização dos bens culturais aliada às políticas públicas de conservação e preservação, trará como consequência a minimização dos efeitos de desmemorização nas cidades. Desta forma, o uso adequado de suas potencialidades, levando em consideração a diversidade cultural que a forma, poderá promover o desenvolvimento sócio-cultural e econômico sustentável da região.

Finalizando, percebemos a importância do uso adequado dos bens de patrimônio histórico, onde a estrutura física, e o imaterial se mantêm como história viva das cidades, que tem como pano de fundo a paisagem cultural.

Referências Bibliográficas

ARGOLLO FERRÃO, A. M. de. (2005) *Paisage cultural del café em Brasil. Identidades: território, cultura, patrimônio*. Barcelona: Laboratorio Internacional de Paisages Culturales, v.1, 2005, p. 73-90. Disponível em: <https://e-revistas.upc.edu/bitstream/2099/1889/1/Paisage+Brasil.pdf>. Acedido em 03 de Março, 2015.

GAZZANEO, L. M. ; AMORA, A. A. orgs(2009). *Ordem, desordem, ordenamento: cidade, história e patrimônio*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ.

GIDDENS, A.(1991). *As conseqüências da modernidade*. Trad: Raul Fiker. São Paulo: editora UNESP.

IPHAN/SC. (2006). Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina. *Dossie de Tombamento*. Vol 01. Histórico, análise e mapeamento das regiões.

LYNCH, K. (1999). *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70.

MAGALHÃES, M. (2001). *A arquitectura Paisagista: morfologia e complexidade*. Lisboa: Estampa.

RUSKIN, J. (2008). *A lâmpada da memória*. Cotia-SP: ateliê editorial.

SACHS, I.(1993). *Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.

SIEBERT, C.(1996). *Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí*. Blumenau: ed. da FURB.

TUAN, Y. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL.

VIEIRA, R.; JANSEN, G.;POZZOBON M.(2016). *Redução de riscos de desastres naturais: A construção de políticas públicas em Blumenau SC*. disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.188/5915>

WEISSHEIMER, M.R. (2012). *Paisagem cultural brasileira: do conceito a pratica*. Belo Horizonte: 2º Colóquio Ibero-americano sobre paisagem cultural, patrimônio e projeto. UFMG.